

15. DE RETORNO

Ao se aproximar o final da Residência Médica, eu, embora tendo como primeira opção, retornar a Fortaleza, o que, felizmente, viria a se concretizar, considerei também as possibilidades de trabalhar em outros locais: Hospital da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda/RJ; no Hospital das Forças Armadas, em Brasília/DF ou em Teresina. Tais alternativas não se concretizaram.

Voltei, então, para Fortaleza.

Eu não me demitira do cargo de Escriturário do Ex-IAPB, de onde estava de licença sem vencimentos. Junto àquela repartição, propus ficar trabalhando como médico, mesmo percebendo o salário correspondente ao cargo do nível médio, o que poderia, com boa vontade da respectiva administração, ser contornado se eu fosse lotado no Hospital de Messejana, pertencente, como já dito antes, àquele *IAP*. Não tive atendida a solicitação, razão pela qual me demiti do referido órgão previdenciário.

Cheguei, por determinado tempo, a dar plantões na UTI do Serviço de Cardiologia Procardíaco (atual Prontocárdio) e, até mesmo, a fazer acompanhamento clínico de pacientes internados no Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo, na Parangaba.

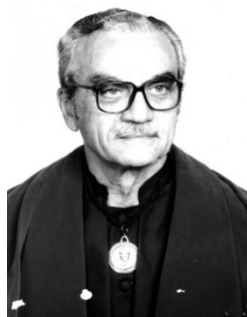
Como Assistente do Dr. Marcelo Martins Rodrigues

Aceitei, de bom grado, o convite de Dr. **Marcelo Martins Rodrigues** para acompanhá-lo profissionalmente. Assistíamos os pacientes no **Hospital São Raimundo**, numa atividade que, ao lado de render alguma remuneração, foi da maior importância, para o meu aperfeiçoamento profissional, por me propiciar a consolidação da experiência adquirida no HSE. Um aspecto importante era de se lidar com situações mais comuns do dia a dia, já que, no Servidores, pelo padrão de referência daquele hospital, a casuística era mais selecionada, com o inevitável viés de se vivenciar, preferencialmente, casos raros. Cabe lembrar que, além de Marcelo, naqueles anos Setenta, gravitava,

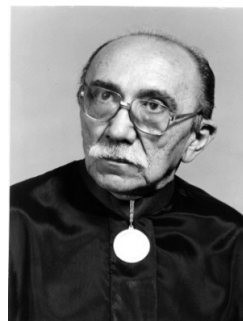
em torno do São Raimundo, uma constelação de médicos de escol, dentre os quais pontificavam os Doutores **Pontes Neto**, **Haroldo Juaçaba** e **Aguiar Ramos** (3 fotos, a seguir, respectivamente)⁽²⁷⁾.



Pontes Neto



Haroldo Juaçaba



Aguiar Ramos

Outros nomes importantes que integravam o corpo clínico daquele Hospital eram: Francisco Paiva, Nogueira Paes, Fernando Maia, Ronaldo Mont'Alverne, Ernani Lima, Moreira Lima, João Evangelista, Fernando Façanha, Edilberto Ramalho, Damião Escóssia, Djacir Figueiredo, Flávio Leitão, Miron Dias, Antonio Maria e outros, além dos mais jovens, como os Doutores Helládio Vasconcelos, Romero Esmeraldo, Heráclito Neto, Napoleão Neves, Libório Rodrigues e outros. Antes dos meados dos 70's, o colega **Sérgio Gomes de Matos**, o qual fora também Residente do Hospital dos Servidores (1971/1972), se incorporou ao corpo clínico do São Raimundo. Àquela altura, Dr. Pontes Neto pouco realizava de operações cirúrgicas, atuando, principalmente, na direção da casa e, sobretudo, no importante papel aglutinador dos colegas, em torno do bom atendimento aos pacientes, sem distinção de classe.

Na condição de Assistente de Marcelo, me cabia a função de diligenciar para que os dados da observação e da evolução clínicas, bem como os resultados de exames laboratoriais estivessem disponíveis, no momento em que realizávamos a visita médica diária, durante a qual as decisões, quanto à conduta médica, eram tomadas.

Doutor Marcelo, mesmo senhor de grande tirocínio e experiência, sempre ouvia a minha e a opinião de outros colegas ou, até mesmo, de estudantes de Medicina, que nos acompanhassem naqueles concorridos rounds, à beira do leito ou na discussão em auditório.

(Frise-se, também, que Marcelo, posteriormente e sem prejuízo das suas atividades clínicas, deu grande contributo ao movimento de

renovação das entidades médicas, sendo alçado à presidência do **Centro Médico Cearense**, onde desenvolveu intensas ações, junto à classe médica e às autoridades civis do estado, visando à melhoria da assistência à saúde da população – **foto**, a seguir).



No CMC (E→D): Virgílio Távora, Marcelo, José Carlos Ribeiro e César Cals (31)

No tratamento dos seus clientes particulares, ele, não raramente, partilhava conosco a assistência e, assim, a divisão dos respectivos honorários. Quando, solicitado para uma consulta domiciliar, muitas vezes, me solicitava para substituí-lo, em face da sobrecarga de trabalho a que ele era submetido. Em se tratando de um paciente internado, com o estado de saúde que inspirasse maior cuidado, ele fazia uma nova visita à noite, mesmo se o doente já estivesse aos cuidados do médico plantonista da UTI. Nos fins de semana e feriados, ele me delegava completamente a visita e a prescrição dos seus pacientes hospitalizados.

Marcelo deu-me, também, um apoio adicional, ao me ceder alguns horários no seu consultório particular, àquele tempo dentro do próprio Hospital São Raimundo. Havia alguns clientes dele, que eu atendia, em caráter de urgência, quando ele não dispunha de vaga na agenda ou se ausentava de Fortaleza, como ocorreu no período em que fez Mestrado no Rio de Janeiro. Dele, migraram, para mim, muitos pacientes da Caixa Econômica e do Banco do Brasil.

Na Perícia Médica, com Doutor Haroldo Costa Lima

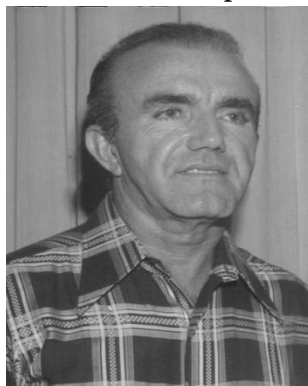
Com as inúmeras esmolos oficiais, institucionalizadas neste primeiro decênio do século XXI, não há dúvidas que se reduziu o número dos nossos irmãos economicamente miseráveis. Mesmo assim, a demanda para a obtenção de auxílio por doença ou aposentadoria por invalidez, junto à Previdência Social oficial, ainda é muito grande. Havia – e ainda há – uma grande proporção de segurados que, realmente, estão com sua capacidade laboral prejudicada, por doença e, para estes, a concessão daquele benefício é indubitável. Para outra proporção significativa de segurados, no entanto, a busca pela licença é motivada por problema social, como a falta de colocação no mercado de trabalho, perda de um emprego em idade na qual é difícil encontrar outro e, muitas vezes, apenas por esperteza. Este último motivo, infelizmente, não é incomum entre a nossa população. Há muitas pessoas, com funções que exigem pequeno esforço físico, como costureira, vendedor ambulante e outras, cuja enfermidade de fato a incomoda, mas que, além de não ser claramente incapacitante para aquela função, em grande parte das vezes é pré-existente à sua admissão como contribuinte autônoma na Previdência. Queixas relativas ao sistema esquelético (dor na coluna e articulações) e ao psiquismo (ansiedade, “depressão”, insônia) são outra razão para gerar problemas, porquanto, em muito desses casos, a busca pelo benefício tem raiz social. Simulação de doença é outro problema, requerendo do médico perito previdenciário muita argúcia, a fim de estabelecer uma decisão justa. Agravando tudo isso, há situações, não raras, de segurados que utilizam de violência física contra o médico, já tendo sido registrado casos de lesões corporais e até morte.

Foi, pois, nesse *cipoal*, que entrei, em 1972.

Sucedede que, em face da escassez de opções de empregos naquele tempo, surgiu a possibilidade de se trabalhar na Perícia Médica (do antigo INPS, atualmente INSS). Como não havia autorização do Governo, àquela época, para nomeação na referida carreira, nem mesmo no regime celetista, a chance que se tinha era prestar serviço como avulsionado, isto é, sem nenhum vínculo formal. Naquela condição, quando da ausência do médico titular, por qualquer motivo, a sua carga de trabalho era feita pelo médico avulsionado. Esta possibilidade, apesar da falta de estabilidade e do ambiente hostil de trabalho, conforme antes descrito, não era de se jogar fora. Ao contrário, era muito procurada pelos médicos, geralmente os mais jovens.

Sabendo disso, eu, quando ainda estava na Residência Médica e já próximo de lá sair, fui informado de que uma autoridade da Perícia Médica, ao nível de Brasil, era Dr. José Afonso Escosteguy, Gastroenterologista e Médico dos funcionários do Hospital dos Servidores, o qual poderia apresentar-me, por carta, à administração da Perícia no Ceará. Doutor Escosteguy, pessoa reservada, mas atenciosa, de pronto fez um cartão, recomendando-me ao Dr. **Haroldo Costa Lima** (foto a seguir, à E), Chefe da Perícia Médica, no Ceará, com a ressalva de que a decisão, ficava, contudo, com este último.

Doutor Haroldo considerou a referida recomendação, de modo que, após a entrevista com o Dr. **Francisco Paiva**, meu ex-professor em Cardiologia (foto a seguir, à D), passei a integrar o grupo de médicos peritos avulsionados daquela instituição médico-pericial. Passados os anos, me submeti a concurso público e tive regularizada a minha situação, como servidor público estatutário.



Dr. Haroldo Costa Lima (32)



Dr. Fco. Paiva (27)

O ambiente de trabalho, na Perícia Médica, àquele tempo era satisfatório, com bom relacionamento entre os médicos, assistentes sociais, funcionários e administração.

Doutor Haroldo conseguia aliar o seu rigor administrativo e técnico, com uma postura respeitosa e justa, para com os seus comandados. Não é do meu conhecimento que ele tenha procedido com quem quer, especialmente com os colegas e chefiados, de outra maneira que não fosse a pautada na polidez e respeito, mas com a necessária autoridade de chefe.

Posteriormente, convivi com outros chefes, de igual respeitabilidade e amizade, como **Geraldo Luciano Lopes, Franco Magalhães e Walter Correia**, colegas que mantiveram aquelas características de seriedade e bom relacionamento. Com Doutor **Manoel Tertulino**, que também foi meu chefe, convivi pouco, em face de eu ter sido cedido, para a Secretaria da Saúde do Ceará, por muitos anos, a fim de exercer cargo de chefia no Hospital de Messejana e, depois, no Hospital Cesar Cals.

No final de 2006, retornei às lides, na Perícia Médica, em face da perda salarial, significativa, que estava tendo, na condição de servidor cedido.

Aposentei-me, daquela instituição previdenciária, por tempo de serviço, no início de 2012.